

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Ciro blindado...

Nas conversas mais reservadas do governo, o relatório da Polícia Federal contra o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, é tratado como “investidas com viés eleitoral” e não abala a relação de Nogueira com o presidente Jair Bolsonaro. Acrescenta-se ainda que o relatório surge exatamente dois dias depois de o presidente Jair Bolsonaro dizer que Ciro era “craque” na articulação política.

## ... mas abaixa a bola

No bolsonarismo raiz, porém, a história é outra. Alguns bolsonaristas vão defender que o episódio seja usado para reduzir o poder do Centrão no governo. Só tem um probleminha nessa intenção: o Centrão é hoje o que dá lastro ao presidente Jair Bolsonaro no Congresso.

## O diagnóstico de Dirceu

O apoio do PT a Marcelo Freixo (PSB) no Rio de Janeiro vai muito além do óbvio objetivo de consolidar a aliança com os socialistas e ajudar Lula. Os petistas têm em mãos um relatório produzido pelo grupo do ex-ministro e ex-presidente do partido José Dirceu que confirma as pesquisas e as dificuldades de o PT eleger um governador no Rio.

## Preservação eleitoral

O ex-ministro andou pelo estado, e suas análises serviram de base para o PT lançar André Ceciliano ao Senado. Assim, o PT não deixa de medir a sua força no Rio e evita uma derrota para o governo justamente no estado em que o presidente Jair Bolsonaro e sua família fazem política. De quebra, contam integrantes do PT, o partido ainda economiza recursos que podem auxiliar as campanhas a governador em outros estados.

# Expôr o flamenguista e atingir o palmeirense

Assim, os petistas têm se referido ao ex-ministro da Infraestrutura e pré-candidato de Jair Bolsonaro ao governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Visto como um dos nomes que tem mais potencial para crescer nas pesquisas, pois é pouco conhecido e começa a disputa na casa dos 10%, ele virou o principal alvo dos adversários. “Ele torce para o Flamengo, não torce para nenhum time paulista. E nem sabe onde ficam as cidades paulistas”, diz o secretário-geral do PT, Paulo Teixeira.

A ideia do PT desde já é transformar

os futuros debates de conhecimentos gerais sobre o estado de São Paulo. E se o ex-ministro errar, o entusiasmo de hoje se transformará na maior frustração para a base governista e, apostam os petistas, afetará a campanha do presidente Jair Bolsonaro no maior colégio eleitoral do país. Os parlamentares do Republicanos, partido ao qual ex-ministro está filiado para concorrer ao governo estadual, acreditam que há tempo para Tarcísio conhecer todos os recantos do maior colégio eleitoral do país, a fim de evitar constrangimentos.



## CURTIDAS

**E a CPI, hein?/** Mais uma semana para a oposição tentar completar o número de assinaturas para a CPI da Educação, depois de a senadora Rose de Freitas (MDB-ES) não confirmar a sua chancela à investigação. E o tempo hoje corre a favor do governo. Em tempo de campanha eleitoral, será difícil emplacar qualquer apuração.



Felipe Araujo/AFIP

**O alvo/** O ex-governador Geraldo Alckmin (foto) que se prepare. O anúncio oficial de sua composição com Lula marcou a largada nas redes sociais de vários vídeos em que o ex-governador paulista diz que “jamais apoiaria o PT”.

**O momento/** Alckmin já esperava que isso fosse acontecer. Daí, a ideia de colocar a candidatura agora. Assim, os adversários queimam os cartuchos antes da campanha oficial e, em agosto, esse material estará desgastado e a população vacinada.

**Todo cuidado é pouco I/** É assustadora a quantidade de golpistas que está por aí, sem que a polícia consiga agir. Um tal de Izack está se fazendo passar por atendente de uma famosa clínica de dermatologia da cidade e cobrando antecipado por marcação de serviços. Nenhuma clínica séria e honesta de Brasília cobra depósito para marcação de consultas ou serviços. É golpe.

**Todo cuidado é pouco II/** Semana passada, foi o caso de duas empresas, Home Tech e Tech Center, que se fazem passar por autorizadas da Eletrolux. Cobram adiantado por peças de reposição da marca e não têm a menor relação com a companhia, embora usem inclusive camisetas com a logo da fabricante. Feito o pagamento, não aparecem para fazer o serviço tampouco devolvem o dinheiro.

**CONGRESSO /** Governo e oposição travam queda de braço para instaurar a comissão. Enquanto senadores retiram assinaturas e Ciro Nogueira fala em “desespero” de adversários, Randolfe denuncia manobra

# O vaivém da CPI do MEC

» DEBORAH HANA CARDOSO  
» SARAH PAES  
ESPECIAL PARA O CORREIO

As suspeitas de corrupção no Ministério da Educação provocaram uma queda de braço no Senado Federal. Governo e oposição travam uma disputa em torno da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Após o depoimento de prefeitos e integrantes da pasta na Comissão de Educação do Senado, havia uma expectativa de que se chegaria a um número de assinaturas suficientes para a criação da CPI. Mas o desenrolar não foi bem assim. Ontem, dois senadores do Podemos retiraram a assinatura do requerimento para a criação da CPI do MEC. Styvenson Valentim (Podemos-AC) seguiu o colega de Casa e correligionário Oriovisto Guimarães (PR) e não aderiu ao movimento para instaurar uma investigação no Senado neste ano eleitoral. Com isso, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) tem 25 das 27 assinaturas necessárias para protocolar junto à Mesa Diretora do Senado a instalação da comissão.

Em nota divulgada nas redes sociais, Oriovisto afirmou que se arrependeu da decisão. Alegou que, com a proximidade das eleições, a investigação não será isenta, tornando-se palanque eleitoral.

“Resolvi retirar a minha assinatura da CPI do MEC. Continuo acreditando que existem fatos graves no MEC que precisam ser investigados. Porém, uma CPI tão próxima das eleições acabará em palanque eleitoral. Então é melhor que a investigação seja feita pela polícia federal e pelo ministério público. Assim, teremos uma investigação imparcial e técnica”, informou em suas redes. Completou: “Eu retirei a minha assinatura sem que ninguém me pedisse. O Senado não é o lugar certo para investigar essas coisas”, argumentou.

Randolfe também se manifestou nas redes sociais e informou que o trabalho deve continuar durante a próxima semana. “Seguiremos atrás de mais assinaturas para passar a limpo o #BolsolaodoMEC e investigar os escândalos de corrupção desse Governo! Eles não podem sair impunes!”, informou em sua conta no Twitter.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Randolfe e Rose de Freitas: senador levou o caso a Pacheco

O ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, se opôs à criação de uma CPI. “O pedido da CPI, apenas com disse-me-disse sem provas, só tem um

fato determinado: a tentativa do coordenador da campanha de Lula de atacar o presidente Bolsonaro, em ano eleitoral. Só resta a eles o vale tudo.

Sinal de desespero”, escreveu em uma rede social.

## Cortina de fumaça

O processo de conquista de assinaturas causou cizânia entre os parlamentares após a senadora Rose de Freitas (MDB-ES) acusar em plenário, na última quinta-feira, que sua assinatura foi fraudada para integrar a lista para a criação da CPI. Ela acusa que o processo, realizado eletronicamente por meio do Sistema de Envios de Documentos Legislativo (Sedol), não teria sido assinado por ela ou por alguém sob sua instrução.

Em resposta à declaração de Rose, Randolfe publicou um vídeo no qual acusa o governo de tentar criar uma “cortina de fumaça” para que as investigações não corram no Senado. “Após o recebimento da assinatura, de imediato, anunciamos que tínhamos alcançado as 27 assinaturas, o mínimo constitucional exigido para que fosse instalada a CPI”, contou o senador.

Logo em seguida, começou uma grande cortina de fumaça, montada pelo Palácio do Planalto, por Jair Bolsonaro e por seus

partidários nas redes sociais. Dizia que a assinatura da senadora Rose de Freitas havia sido falsificada e que além disso, isso acabaria acarretando a cassação do nosso mandato”, disse o líder da oposição.

“Dois dias depois da assinatura, no dia 6, a mesma senadora ou alguém designado por seu gabinete encaminhou um novo documento, pedindo a retirada da assinatura no requerimento da CPI”, completou.

Randolfe disse que nunca mencionou o nome da parlamentar como uma das que subcreveram o requerimento da CPI e informou que já solicitou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que verifique o Protocolo da Internet (IP) de onde foi feita a assinatura. O **Correio** tentou entrar em contato com a senadora Rose de Freitas. Até o fechamento desta edição, não obteve resposta.

Os 25 senadores que, por enquanto, integram a lista pretendem investigar a existência de um gabinete paralelo no MEC, após denúncias que envolvem pastores evangélicos e a liberação de recursos da pasta para prefeituras.

## INTERNET

## Rosa Weber nega pedido da AGU sobre redes sociais

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para proibir a suspensão de redes sociais e aplicativos de mensagem em

caso de descumprimento de decisões judiciais.

O governo acionou o STF depois que o ministro Alexandre de Moraes mandou bloquear as operações do Telegram no Brasil

por ignorar determinações da Justiça para combater notícias falsas. Antes que a ordem fosse cumprida, o aplicativo russo comunicou que cumpriria as obrigações.

A representação da AGU, no entanto, foi enviada em outro processo, que já tratava do tema. O pano de fundo da ação são decisões de instâncias inferiores que mandaram bloquear

o WhatsApp por não fornecer mensagens de pessoas investigadas criminalmente que tiveram o sigilo quebrado pela Justiça.

Em sua decisão, Rosa Weber afirmou que a AGU tentou usar outro processo para “questionar a validade jurídica” da decisão de Moraes. A jurisprudência do tribunal afasta a revisão de decisões individuais de um ministro pelos colegas.

“Por se mostrar manifestamente inadmissível a via processual eleita para a veiculação do pleito formulado, não conheço do pedido de tutela de urgência incidental deduzido pelo senhor advogado-Geral da União”, escreveu.

A ministra ainda afirmou que a Advocacia-Geral da União, que representa judicialmente o Planalto, deve ‘defender a

integridade da ordem jurídica em abstrato’ e não ‘buscar a tutela individual de interesses concretos e específicos’.

A AGU argumenta que o Marco Civil da Internet não pode ser usado para banir plataformas por descumprimento de decisões judiciais. Outro ponto levantado pela pasta é que o bloqueio aos aplicativos acaba prejudicando os usuários.